

## PROVA DOCUMENTAL: INSCRIÇÕES E MATERIALIDADE\*

### DOCUMENTAL PROOF: INSCRIPTIONS AND MATERIALITY

Rodrigo Rabello  
Georgete Medleg Rodrigues

**Resumo:** Estudos desenvolvidos sob o espectro teórico da ciência da informação, sobretudo nos campos da arquivologia e da diplomática, têm no conceito “prova documental” um importante referencial; entretanto, por vezes, tais estudos carecem de subsídios para situar o construto em outras tradições teóricas. Com vistas a trazer uma alternativa à mencionada situação, objetiva-se identificar um panorama de concepções de “prova documental” de modo a compreender a influência do conceito para a constituição de disciplinas científicas ou, por conseguinte, para o esclarecimento do uso da expressão relacionado a práticas profissionais e a construções teóricas. Para tanto, recorreu-se a teóricos situados no âmago da “escola” ou do “movimento” francês dos *Annales*, também conhecido como “história nova”. Abordaram-se: i. papel das inscrições para o arquivo e para a diplomática; ii. influência das inscrições para a “história tradicional”; iii. expressões de materialidade no bojo da cultura material. Ao final identificaram-se ao menos três sentidos de “prova documental” denominados “aprisionamento da palavra”, “representação da realidade” e “legitimação do discurso”.

**Palavras-chave:** Prova documental. Arquivo. Diplomática. História tradicional. História Nova.

**Abstract:** Studies developed under the theoretical specter of information science, in the fields of Archival Science and Diplomats, with an important referential in the concept of “documental proof.” Nevertheless, such studies sometimes lack subsidies to place the construct in other theoretical traditions. In order to bring an alternative to that situation, we aim to identify a panorama of conceptions of “documental proof” so as to understand the influence of the concept for the constitution of scientific disciplines or, consequently, for clarification of the use of the expression concerning professional practices and theoretical constructions. Thus, we turned to theoreticians placed in the core of the French “school” or “movement” of the *Annales*, also known as “new history”, dealing with: i) the role of inscriptions for Archives and Diplomats; ii) the influence of inscriptions for “traditional history”; and iii) materialness expressions in the bowl of material culture. Three meanings were finally identified for “documental proof”: “word imprisonment”, “reality representation” and “discourse legitimizing”.

**Keywords:** Documental proof; Archive; Diplomats; Traditional history; New history.

## 1 INTRODUÇÃO

O exercício de identificar um panorama de concepções de “prova documental” foi motivado pelo interesse de compreender a influência do conceito para a constituição de disciplinas científicas e, por conseguinte, para o esclarecimento do uso da expressão relacionado a práticas profissionais e a construções teóricas.

---

\* Parte da pesquisa de pós-doutorado intitulada “Prova documental e arquivologia: reflexões sobre o estabelecimento do campo”, desenvolvida na UnB por Rodrigo Rabello, supervisionada por Georgete Medleg Rodrigues e financiada pelo Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD/CAPES).

De modo particular, a proposta de trazer o mencionado panorama resultou da identificação de que estudos desenvolvidos sob o espectro teórico da ciência da informação, sobretudo nos campos da arquivologia e da diplomática, malgrado tenham no conceito “prova documental” um relevante referencial, muitas vezes carecem de subsídios para situá-lo em uma tradição teórica para além dos respectivos domínios disciplinares.

Com vistas a trazer uma alternativa à mencionada situação, a proposição do estudo pode ser considerada pertinente, haja vista articulação de textos de historiadores com reconhecida influência e contribuições acerca do assunto proposto. Os autores foram selecionados tomando como critério a sua filiação intelectual à escola ou ao movimento francês dos *Annales*, fundadores ou remanescentes da nova história do século XX.

Contando com tal repertório, primeiro foi abordado o papel das inscrições para a constituição do arquivo e para a proposição da diplomática. Em seguida, as inscrições foram analisadas em sua influência para a modalidade tradicional de história. Logo após, expressões de materialidade na vida social foram apresentadas, trazendo uma visão geral de possibilidades interpretativas sobre a probidade do documento no âmbito da cultura material.

Mesmo prescindindo da pretensão de fazer uma revisão exaustiva sobre o tema, ao final foi possível identificar/propor ao menos três sentidos, nalguma medida, relacionados à “prova documental”, denominados “aprisionamento da palavra”, ou do “registro/informação”, “representação da realidade” e “legitimação do discurso”.

Parte-se da hipótese de que os sentidos de “prova documental” identificados/propostos – particularmente de “aprisionamento” e de “representação” – se apresentam como norteadores de um tipo valorativo de positividade que subsidiou um modo de fazer científico do século XIX referenciado pela busca por legitimação de disciplinas como áreas do saber, arquétipo que, em tese, ainda encontra ressonância nos dias atuais. Haveria, portanto, sobreposição ou convívio de tais construtos teóricos, conquanto questionados pela perspectiva de “legitimação do discurso”.<sup>47</sup> Embora se introduzam tais questões, não há, neste momento, o intuito de dirimi-las.

## 2 INSCRIÇÕES, ARQUIVO E DIPLOMÁTICA

---

<sup>47</sup> Uma das abordagens teórico-metodológicas que admite a possibilidade de sobreposição ou de convívio de construtos teóricos vem sendo trabalhada no âmbito da história dos conceitos. Nesta perspectiva, a polissemia de um conceito, tal como defende o historiador alemão Reinhart Koselleck, poderá evidenciar a diacronia semântica ou a possível simultaneidade e permanência de sentidos convivendo tensionados por interesses variados (*apud* RABELLO, 2008; 2010).

O ensaio de Barthes e Marty (1987) especula sobre o início do desenvolvimento da escrita. Os argumentos dos autores podem ser pensados a partir do seu caráter provocador por situar a dimensão do “aprisionamento da palavra” no bojo do texto ou do documento, bem como por trazer elementos para a reflexão sobre os espaços de guarda, organização e acesso para o uso da hoje denominada “informação registrada”.<sup>48</sup>

Na conjectura apresentada pelos autores, os objetos forneceram os indícios/evidências do desenvolvimento da linguagem que ocorreu na passagem da linguagem gestual para a “tradição oral” (linguagem oral) e, posteriormente, para a “tradição escrita” (linguagem escrita), na consagração secular de seu produto/síntese, o texto. Para Barthes e Marty (1987, p.32), “[...] o homem soube ler antes de saber escrever [, ou seja,] o ato de escrever tem origem no ato de ler, a partir do momento em que se apreende a escrita na sua etimologia originária (gravar, fazer uma marca)”.

Segundo esse raciocínio, a pré-escrita surge das marcas (rastros) dos animais, originando-se de uma relação não necessariamente com o oral, mas de maneira autônoma, possivelmente com o visual também. Em síntese, ela não surge da transcrição do falado, mas do reconhecimento visual da marca. Isso abriu margem para a hipótese de que “[...] o homem soube ler antes de saber falar”, ou seja, a primeira linguagem foi gestual, posteriormente originando a linguagem oral articulada. Nesse sentido, os “[...] primeiros pictogramas seriam a simples transcrição gráfica dos gestos.” (BARTHES; MARTY, 1987, p.33).

Até o final da Idade Média, a palavra era mais importante do que a escrita, pois os textos eram lidos em voz alta e o discurso estava em primeiro plano. O livro manuscrito servia de suporte para o discurso falado. Não obstante, com o surgimento da imprensa, houve uma importante mudança nesse contexto, pois o novo visual do “texto impresso” se desdobrou em diferentes estilos que, por sua vez, acarretaram uma nova percepção do objeto. Desse modo, a escrita impressa “[...] educou o olhar, tal como educou o homem falante para um bom uso da língua, e pode presumir-se que seja impossível um erro gramatical numa sociedade analfabeta, visto que nunca ninguém viu nenhum.” (BARTHES; MARTY, 1987, p.50).

---

<sup>48</sup> Recentemente foram identificados aspectos disciplinares valorativos do “ser documento” residindo na escritura, conforme a diplomática, a arquivologia e a história (“tradicional”). Disciplinas como a documentação e a história (“nova”) ampliaram tal quadro valorativo, abrindo margem para a ideia de evidência documental, terreno fértil para a proposição do conceito “informação registrada” na ciência da informação. Tal trajetória demonstrou aspectos polissêmicos, sincrônicos e diacrônicos do conceito de documento apreendido hodiernamente na ciência da informação (RABELLO, 2009; 2011).

Por outro lado, a palavra escrita exerce, desde a Antiguidade Clássica, a função de meio de prova. A existência histórica dos arquivos como dispositivo para acesso do documento – que comprova ou atesta algo, ou que, nas palavras de Duranti (1994), “registra uma ação” – evidencia a dimensão valorativa atribuída à escrita. Segundo Rodrigues (2012, p.238), “[...] os efeitos probatórios decorrentes [do] registro, que podem ou não ter efeito jurídico-legal, impôs (e ainda impõe) aos documentos de arquivo, a marca do sigilo e do segredo.” Com isso, a contemporaneidade convive com inúmeros desafios tocantes ao acesso aos arquivos, sobretudo nas sociedades democráticas orientadas por ideais republicanos.

Sem entrar no mérito acerca da histórica disparidade de acesso ao arquivo, a sua função secular de permitir o acesso à prova documental pode ser visualizada a partir do radical da palavra. O termo *arkhê* foi interpretado por Derrida (2001, p.11) em dois sentidos. O primeiro “ontológico”, sentido de “origem” como um dispositivo em direção à memória e à história. O segundo “nomológico”, sentido de “prova” em direção à “ordem”, ao “comando”, à “lei”, num contexto claramente administrativo e/ou jurídico.

Os sentidos de *arkhê*, quando pensados no contexto do arquivo, podem ser exemplificados numa dimensão histórica e etimológica. Tal como salientou Marques (2013, p.41-42), as interpretações de Silva *et al.* (1999) e de Favier (2001) trazem o percurso de concepções de arquivo na Antiguidade e nas idades Média e Moderna, tendo em vista a condição dinâmica de sua constituição institucional.

Na Antiguidade e no medievo duas concepções se destacam. A concepção antiga remonta o entendimento greco-romano de *archeion*, lugares de prova e de publicização de documentos oficiais. A acepção medieval é construída da derivação latina de *archeion* – *archivum* – utilizada pela Igreja para designar o espaço destinado ao documento com valor probatório (SILVA *et al.*, 1999).

Entretanto, o termo “documento” historicamente transcende à dimensão de prova. A palavra “[...] é a versão romanesca de *documentum* e este, por sua vez, deriva do verbo *docere*, que significa ensinar, instruir.” (NÚÑEZ CONTRERAS, 1981, p.30). Segundo Valente (1978, p.179), a polissemia tocante ao documento – apreendido, desde a Antiguidade, como ação, disposição, pensamento, aviso, ensinamento, amostra, modelo, prova – apresenta proximidade de sentidos àqueles expressos na contemporaneidade.

A relação quase sinonímica entre arquivo e biblioteca, mencionada por Silva *et al.* (1999), permanente na passagem da Antiguidade para o medievo, decorre, em parte, da polissemia da expressão “documento”. O documento também era concebido como sinônimo de livro, no latim *liber* e no grego *biblos* (βιβλος, singular) e *biblion* (plural), radical das

palavras biblioteca, biblioteconomia e bibliografia (RENDÓN ROJAS, 2005). O arquivo e a biblioteca seriam concebidos como lugares para abrigar o documento, ou seja, para acolher o *biblos* (suporte) que contém *logos* (pensamento, discurso).

Há de se ressaltar que a expressão *biblos*, originalmente utilizada pela cultura grega e helenística para designar os materiais ou os suportes da escrita, passou a significar, na Idade Média, o próprio objeto escrito. Mais tarde, na Idade Moderna, o conceito de “livro” foi reduzido ao produto dos avanços da imprensa, passando a ter, por sua vez, características derivadas do entendimento do *biblos* medieval, ou seja, dos “[...] objetos, resultado de quando se escrevia.” (RENDÓN ROJAS, 2005, p.134).

Com isso, a ideia segundo a qual o conhecimento se adquire diretamente nos livros, ou seja, por intermédio da palavra escrita, é recente, pois do século V ao XV o livro era um produto somente dos escribas/religiosos. Foi na Idade Moderna que o conhecimento adquiriu outro significado; por exemplo, a ideia de verdade em grego (*alêtheia*) joga etimologicamente com esta evolução: *á-lethês* “antes do esquecimento” (tempo da tradição oral, ou seja, do esquecimento) e *á-letheia* “retirar o véu” (tempo da imprensa, isto é, da recordação). Foi com a invenção do alfabeto tipográfico – aprisionamento da palavra pelo espaço – que ocorreu uma alteração nas relações audição/visão, notada igualmente na pintura com a revolução na forma de tratar a perspectiva (BARTHES; MARTY, 1987, p.54-55).

Na Idade Moderna se retoma, em solo europeu, a concepção de arquivo numa concepção jurídica e patrimonial, sendo esta impactada, desde o século XII, pelo renascimento do direito romano, bem como pela evolução do conceito de “administração”. Acentua-se o valor dos documentos para ações políticas e administrativas no século XV, apresentando um papel igualmente relevante no século seguinte, diante da especialização de instituições públicas, principalmente as francesas, bem como desempenham função de destaque para o resgate histórico, especialmente a partir do século XVIII (FAVIER, 2001).

Em relação ao resgate da memória e à escrita da história, na Idade Moderna a dimensão ontológica de *arkhê* também passa a ter referência na ciência. Há, portanto, uma ampliação de horizontes já que demandas por positividade se diferenciaram ao estatuto ontológico-filosófico, dedicado ao estudo do “ser”. Segundo argumentou Vuillemin (1987, p. 115-116), o conceito científico tem como característica principal a prioridade do “método” (perspectiva científica) sobre a “ontologia”.

No bojo da citada busca por positividade, a dimensão de prova dos documentos oficiais escritos armazenados nos arquivos passa a ser corroborada pela diplomática, disciplina oriunda da crítica documental. A palavra diplomática deriva do vocábulo διπλω

(*diploo*) que significa duplo ou dobrado, referindo-se à acepção grega dada ao “diploma” – documento público-oficial – caracterizado como um suporte antigo da escrita formado por duas tabuinhas articuladas, denominadas de *dípticos*. O “diploma”, para os gregos, significava “[...] qualquer escrito que constava de duas partes unidas entre si.” (PAULIUS RABIKAS, 2000).

O termo que nomeia a disciplina pode ser interpretado como uma adaptação do latim da obra *De re diplomatica libri VI*, escrita pelo monge beneditino francês Jean Mabillon, em 1681. Essa obra foi publicada visando esclarecer as regras fundamentais da crítica textual e, de modo específico, responder às críticas diplomáticas realizadas pelo jesuíta Daniel Van Papenbroek, que questionou a veracidade de diplomas beneditinos contidos nos arquivos da Ordem de São Bento. Segundo observa Duranti (1995, p. 23), o livro de Mabillon representa “[...] o primeiro escrito sobre esse tema referindo-se à análise crítica das formas do diploma.”

A obra de Mabillon é considerada a “pedra angular” da diplomática. A disciplina obteve cátedra pela primeira vez apenas em 1891, na *École Nationale des Chartes*, em Paris, e tinha por objetivo estudar os documentos medievais. Esse espaço foi relevante, dentre outros aspectos, por permitir o contato entre diplomática, paleografia e arquivologia, apreendidas, na época, como disciplinas auxiliares da história. Essa relação contribuiu para a fundamentação teórica e metodológica arquivística com vistas ao ordenamento dos documentos e à construção de instrumentos para servir ao resgate da memória e aos estudos históricos.

### 3 INSCRIÇÕES E HISTÓRIA

A constituição da disciplina história traz evidências particulares da modificação de paradigmas tocantes à prova documental como recurso informativo e subsídio para a escrita da história. As já citadas demandas por positividade trazem um lastro elucidativo para a compreensão dessas mudanças no campo historiográfico.

Contribuindo com tais demandas, o livro de Mabillon marca a fundação da crítica dos documentos de arquivo, trazendo algum critério metódico para o “fazer historiográfico”, em particular, para a realização da análise do valor probatório dos documentos (BLOCH, 1997).<sup>49</sup> Conforme ressalta Rabello, a busca pela prova documental passou a demandar

[...] “sistematização metódica”, almejando alcançar certo “rigor científico” para o desenvolvimento da atividade de se distinguir documentos falsos dos verdadeiros. A criação disciplinar da diplomática converge com aquelas iniciativas que foram fruto do “espírito positivo” no bojo do “cientificismo”, que visaram fundamentar a crítica documental em um suposto método

---

<sup>49</sup> Obra de Marc Bloch originalmente publicada postumamente em 1949.

objetivo para a realização de testes probatórios de autenticidade e de veracidade dos documentos [...] (RABELLO, 2011).

Na Alemanha, autores como os germano-austriacos Julius Ficker e Theodor von Sickel também se preocuparam com essa aproximação entre as então disciplinas auxiliares da história (BAUER, 1957; PAULIUS RABIKASKAS, 2000). A crítica documental, segundo Tognoli (2013, p.49), ao citar Bresslau (1998, p. 41), já havia sido incorporada em estudos com finalidades prático-jurídicas, desde o século XVII, a exemplo dos estudos realizados por Hermann Conring, cujo ímpeto nacionalista culminou na criação de sociedades e institutos interessados pela crítica dos documentos.

Destacam-se, nessa direção, a criação da Sociedade para o Estudo da Antiga História Alemã (*Gesellschaft für ältere deutsche Geschichtskunde*), reunida pelo barão Von Stein, em 1819, e a criação dos “Anais da História do Império Alemão” (*Jahrbücher der Geschichte des deutschen Reiches*), reunidos por Leopold von Ranke e seus alunos, em 1834.

A “história científica” alemã do século XIX, conforme explicou Reis (2004, p.10), abrigou outros dois grandes projetos além dos de Ranke, atribuídos aos teóricos Dilthey e Marx. Tais projetos, embora diferentes, tinham pontos em comum que convergiam num modo específico de historiografia. Essa orientação consistia na “[...] recusa explícita da filosofia da história”, bem como na “[...] tentativa de dar um estatuto científico à história, [no] esforço de objetividade e [na] valorização do evento [...]”. Ao pretender ser objetiva, aquela historiografia buscou “[...] formular enunciados adequados ao seu objeto e que sejam válidos para todo tempo e lugar, como ela estimava que faziam as ciências naturais.”

As expressões “história científica” e “historicismo”, de modo geral, remetem ao movimento historiográfico que se caracterizou no século XIX, também denominado de “história tradicional”. A expressão “historicismo” foi igualmente associada aos historiadores “hermenêuticos” Dilthey e Aron. Já as expressões “história metódica”, “história positivista” e “história rankeana” corresponderam a uma abordagem atribuída à Ranke (REIS, 2004).

O estatuto de cientificidade almejado por Ranke foi perseguido a partir da delimitação de um objeto e de um método, com base na crítica documental, amparado na documentação oficial escrita, isto é, de caráter diplomático e arquivístico. Nesses termos, a “história metódica” de Ranke considerou somente os documentos escritos – contidos nos arquivos – como fontes históricas válidas. Para Ranke, a consulta aos documentos primários permitiria a redução do número de revisões; já a consulta a fontes secundárias comprometia os critérios de cientificidade (GAY, 1990; BURKE, 1997; REIS, 2004).

Segundo explica Buarque de Holanda (1979), a historiografia proposta por Ranke tinha a pretensão de extinguir, o tanto quanto possível, pontos de vistas pessoais do historiador de modo a evidenciar o verdadeiro conteúdo dos documentos. Almejava-se alcançar um método rigorosamente científico, demarcando o terreno da história frente à filosofia. Buarque de Holanda (1979, p.16) salienta que, dentre os feitos nessa direção, Ranke “[...] desenvolveu recursos de pesquisa e crítica das fontes, adaptando para isso, à História, processos já em uso, antes dele.” Ele acrescenta, ainda, que o historiador alemão tinha total consciência da dificuldade de se estabelecer uma visão completamente neutra da documentação consultada nos arquivos; o nome Ranke, por sua vez, passou a ser reconhecido como o “pai da ciência da história”, sobretudo na América do Norte, e chegou a ser associado ao positivismo, ainda que para “[...] os historiadores alemães, ao contrário, Ranke passou a tornar-se a antítese do empirismo não-filosófico, e com raízes no idealismo.” (BUARQUE DE HOLANDA, 1979, p.16-17)

Com a “história metódica”, as pesquisas historiográficas passaram a se basear “[...] inteiramente nos relatos de testemunhas oculares e nas fontes mais autênticas e mais imediatas”, ou seja, a contribuição de Ranke à ciência histórica “[...] residia em sua visão enaltecadora dos documentos.” (GAY, 1990, 74-75). Evidenciaram-se as limitações das “fontes narrativas” (em particular, das crônicas) ao demonstrar a necessidade de a história passar a enfatizar a

[...] escrita em registros oficiais, emanados do governo e preservados em arquivos. O preço dessa contribuição foi a negligência de outros tipos de evidência. O período anterior à invenção da escrita foi posto de lado como ‘pré-história’. (BURKE, 1992, p.13).

O arquivo se estabelece, a partir de então, como o lugar privilegiado do historiador, já que permite o acesso a documentos que, na maior parte das vezes, nunca foram consultados (GAY, 1990). A história logra – em parte pelo reconhecimento metodológico da crítica metódica dos documentos e pela aceitação da legitimidade do arquivo como “laboratório” privilegiado de pesquisa – um lugar na universidade. Passou-se a demandar, ademais, saberes e profissionais especializados não apenas para a escrita da história, mas também para a organização dos documentos de arquivo com vistas ao acesso e ao uso.

A crítica à concepção tradicional de história foi realizada pela denominada “história nova” (LE GOFF, 1978; BURKE, 1992) ou “escola dos *Annales*” (BURKE, 1997) ou



“movimento dos *Annales*” (REIS, 2004), fruto do encontro e da troca de ideias, com a elaboração de projetos, entre Lucien Febvre e Marc Bloch, em Estrasburgo, França.<sup>50</sup>

O êxito teórico do projeto deu-se com a publicação do periódico *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, em 15 de janeiro de 1929. O movimento surgiu do questionamento da forma de narrativa histórica “tradicional”, que enaltecia os grandes feitos políticos, as grandes personalidades, os acontecimentos de Estado, dentre outros aspectos. Conforme comentado, para tanto a “história tradicional” enaltecia a documentação oficial – “diplomas” arquivados – como fonte principal de análise. Divergindo dessa acepção, os criadores do “movimento dos *Annales*” propuseram uma perspectiva historiográfica que dialogasse interdisciplinarmente com as ciências sociais.<sup>51</sup>

A “história tradicional”, segundo os historiadores do movimento, oferecia uma “visão de cima” relegando aos demais atores sociais um papel secundário que não mereceriam ou deveriam ser apreciados; o “movimento dos *Annales*” buscou, noutra perspectiva, dar atenção aos indivíduos e aos grupos que estavam fora da pauta histórica. Desse modo, o movimento passou a defender uma “história vista de baixo” ou uma “história dos vencidos ou dos esquecidos”. Ressalte-se que os historiadores dos *Annales* não negaram a “história tradicional”, mas questionaram a sua hegemonia teórica e metodológica. Enquanto os tradicionais concebiam a história preocupada essencialmente com a política, aquele movimento preocupou-se virtualmente com toda a história humana, com o estudo de

---

<sup>50</sup> Antes dessa crítica, a contestação da “narrativa da história tradicional” – com o enfoque nos acontecimentos políticos e militares – ocorreu pela primeira vez somente durante o Iluminismo (século XVIII). Aquela forma de narrativa tradicional não foi exclusividade de Ranke e de seus seguidores. Ela encontra lastro desde a Antiguidade (Heródoto e Tucídides) em diversos gêneros, tais como a crônica monástica, a memória política e os tratados de antiquários (BURKE, 1997, p.17-18)

<sup>51</sup> Com a proposta de aproximação às ciências sociais, o movimento se caracterizou pela diversidade de abordagens teóricas e metodológicas. No plano metodológico, a dimensão hermenêutica foi valorizada. Ainda na “primeira geração” (de 1920 a 1945), essa abordagem pressupunha “subversivamente” uma ênfase na interpretação e na compreensão dos fenômenos, bem como o enfoque da “história-problema” e da “história global”. Essa heterogeneidade teórica pode ser percebida, igualmente, na “segunda geração” (período após a Segunda Guerra), com Fernand Braudel, cujo enfoque direcionou-se às regularidades, às séries, às técnicas, à quantificação e à abordagem estrutural. Essa linha teórica diversificada foi perseguida também na “terceira geração” (após 1968) na ocasião em que passaram a ser privilegiados os modelos, as invariantes conceituais e as interpretações, notadamente com Georges Duby, Jacques Le Goff, entre outros (BURKE, 1997; REIS, 2004).

temáticas variadas como a infância, a morte, a loucura, o corpo, a feminilidade, objetos considerados socialmente irrelevantes até então.<sup>52</sup>

Passou-se a observar os fenômenos da realidade tendo em vista o relativismo cultural. Enquanto os historiadores tradicionais pensavam a história como essencialmente uma narrativa dos acontecimentos, a “história nova” estava mais preocupada com a análise das estruturas sociais e das séries observáveis da vida cotidiana, pois “[...] a vida cotidiana de uma sociedade é decomposta num conjunto de estruturas que se mantêm todas elas dentro da longa duração, embora evoluam cada uma ao seu próprio ritmo.” (POMIAN, 1978, p.188-189).

Conforme argumentou Roger Chartier, a crítica do “movimento dos *Annales*” ao uso estrito da documentação de arquivo para a escrita da história ocorreu a partir da contestação das ideias difundidas pelos historiadores tradicionais os quais defendiam que

[...] além dos textos, não existe absolutamente história pensável. [Corroboravam, ainda, que o] método que permite ir do vestígio dos fatos aos próprios fatos é a crítica histórica. [...] No fim da ascensão crítica está a recompensa: atingir numa imagem a mais próxima possível daquela que teria dado a observação direta do fato passado. (CHARTIER, 1978, p.517).

Assim, a forma pela qual a “história tradicional” apreendia as fontes documentais contidas nos arquivos se apresentou como um problema metodológico para o “movimento dos *Annales*”. Conquanto os historiadores dos *Annales* considerassem importante esse tipo de fonte para a historiografia, a crítica foi direcionada ao modo pelo qual tais fontes eram instrumentalizadas nas narrativas tradicionais, bem como problematizaram a concepção de ciência e a aceção de realidade velada por aspectos ideológicos.

Tal crítica vigorou no fim do século XIX e início do XX, momento em que os estudos filosóficos positivistas estavam na “ordem do dia”. A abordagem tradicional foi responsável pela ideia, até hoje ressoante, de que os documentos são caracterizados pela “escolha do historiador”, ou seja, são os objetos (ou as evidências dos feitos do passado) que passam pelo crivo valorativo daquele profissional. Desse entendimento, emergiram as ideias de “testemunho histórico”, de “fundamento do fato histórico” e de “prova histórica”. É justamente nesse período que a objetividade do documento “[...] parece opor-se à intencionalidade do monumento. Além do mais, afirma-se essencialmente como um testemunho *escrito*.” (LE GOFF, 1994, p.536, grifos do autor).

---

<sup>52</sup> Abriu-se a possibilidade para o desenvolvimento de pesquisas no enfoque da “história dos marginais”, que surgiu no sentido de tentar minimizar o débito da história para com os “mudos”, ignorados ou excluídos pela “história tradicional”, trazendo à memória os simples vagabundos, criminosos obscuros, bruxos de aldeias, prostitutas, dentre outros objetos. (SCHMITT, 1978, p.422).

Diante disso, os problemas relativos às fontes e aos métodos começaram a ser solucionados quando os historiadores começaram a fazer

[...] novos tipos de perguntas sobre o passado, para escolher novos objetos de pesquisa, tiveram de buscar novos tipos de fontes, para suplementar os documentos oficiais. Alguns se voltaram para a história oral; outros à evidência das imagens; outros à estatística. Também se provou possível reler alguns tipos de registros oficiais de novas maneiras. (BURKE, 1992, p.25).

De acordo com Le Goff (1994, p.539), a evolução do conceito de documento para a história foi uma necessidade, pois “[...] o seu conteúdo enriquecia-se e ampliava-se.” O “movimento dos *Annales*” abrangeu as manifestações materiais que se apresentam como testemunho de tudo que pertenceu, dependeu, serviu, exprimiu e demonstrou “[...] a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem.”

O “movimento dos *Annales*” passou a dar relevância à leitura dos documentos nas “entrelinhas”, no intuito de evidenciar deles o socialmente invisível ou decifrar e ouvir o inarticulado. Em contraponto à elegante teoria historiográfica “tradicional”, a ampliação do conceito de documento realizada pelos *Annales* alcançou igualmente um importante nível de sofisticação, numa leitura com pretensões democráticas.

Com tal ampliação, o sentido positivista estrito de “prova documental” – com referência no “aprisionamento da palavra”, no documento e na *arkhê*, ou na “representação inequívoca da realidade” e dos “fatos do passado”, no âmbito da historiografia tradicional – passa a ser questionado no momento em que se reconhecem as intencionalidades presentes nos objetos, bem como aquelas que deles são forjadas ou calculadas, mediante algum critério metódico. Com os “*Annales*”, os planos da linguagem e da cultura alcançam outro patamar no fazer historiográfico à luz da admissão de uma pragmática reticente, mas passível de análise e compreensão a partir das inscrições e da materialidade como indícios da cultura.

#### 4 EXPRESSÕES DE MATERIALIDADE NA VIDA SOCIAL

Um dos preceitos atribuídos pelo “movimento dos *Annales*” se refere à conduta a qual o historiador não deveria se resignar àquilo que a testemunha material explicitamente aparenta mostrar. O grau de apreensão do vestígio deve ser profundo, já que os rastros do passado, por vezes, não estão evidentes. Para tanto, o historiador deve questionar o documento “forçando-o a falar” o que ainda não havia sido dito.

É naturalmente necessário que a escolha refletida das perguntas seja extremamente maleável, susceptível de se enriquecer pelo caminho de uma quantidade de quesitos novos e aberta a todas as surpresas – de modo a servir, desde o início, de ímã às limalhas do documento. O explorador sabe, antecipadamente, que o itinerário que traçou ao partir não será seguido ponto

por ponto. Mas, sem o traçar, arrisca-se a andar eternamente à aventura (BLOCH, 1997, p.114).

Dessa forma, com o questionamento dos objetos – suportes ou não da escrita – outras fontes historiográficas passaram a ser objeto de análise, ou seja, passaram a ser considerados documentos os objetos produzidos sem a pretensão de sê-lo. Para Bloch, seria uma ilusão imaginar que a cada problema histórico correspondesse a um tipo único de documento, pelo contrário

[...] quanto mais a investigação procura alcançar os fatos profundos, menos lhe é permitido esperar outra luz que não seja a dos raios convergentes de testemunhos diversíssimos na sua natureza. Que historiador das religiões se limita a compulsar tratados de teologia ou compilação de hinos? Ele bem sabe: acerca das crenças e das sensibilidades mortas, as imagens, pintadas ou esculpidas nas paredes dos santuários, disposição e o mobiliário dos túmulos dizem-lhe pelo menos tanto como muitos escritos (BLOCH, 1997, p.115).

Para os fundadores dos *Annales*, o documento não seria somente a representação “escrita” de um fato, de um acontecimento, de um pensamento. Além do escrito, outras formas materiais contemplariam o rol de fontes de interesse na investigação histórica, visto que documento constituiria toda e qualquer forma de intervenção humana na natureza. Conforme enfatizou Bloch (1997, p.114), “[...] é quase infinita a diversidade dos testemunhos históricos. Tudo quanto o homem diz ou escreve, tudo quanto fabrica, tudo em que toca, pode e deve informar a seu respeito.” Nessa direção, Reis esclarece:

A vida material é feita de *faits divers* e não de eventos: gestos, palavras, produção e consumo, técnicas e culturas centenárias. Esse novo objeto veio trazer mais clareza ao esforço dos *Annales*, e de Braudel em particular, de atingir as camadas profundas, inconscientes, que sustentam as atividades conscientes dos homens (REIS, 2004, p.93).

O estudo da cultura material<sup>53</sup> é fecundo para apreender as diferentes expressões culturais, tomando como interesse os objetos materiais na condição de testemunhos da presença do homem em distintos contextos. A expressão “cultura material” teve origem no pensamento marxista, precisamente em 1919, quando Lênin criou na Rússia a “Akademii istorii material”. Entretanto, outras disciplinas, além da história, também se dedicaram ao estudo da cultura material, como é o caso da arqueologia e da antropologia.

---

<sup>53</sup> A expressão cultura material ganhou relevância na segunda metade do séc. XIX. As investigações de Durkheim contribuíram para os estudos em cultura material tocantes aos mecanismos gerais do funcionamento das coletividades humanas. Na arqueologia ocorreu importante mudança de paradigma, sobretudo quando os estudos da pré-história, antes dedicados apenas à arte rupestre, às ossadas e utensílios, passaram a dar atenção à amplitude da cultura material (BUCAILLE; PESEZ, 1989, p.17).

No tocante ao papel do historiador contemporâneo para o estudo da cultura material, Burke (1992, p.28) levantou polêmica ao defender que os historiadores ocuparam, muitas vezes, o lugar dos arqueólogos nos estudos dessa natureza. Para o autor, alguns documentos dispensam os trabalhos dos arqueólogos se forem utilizados como objeto, principalmente os escritos gerados após a invenção da imprensa.

A antropologia dedicou parte de seus estudos à cultura material ao abordar os fenômenos do cotidiano. Mas, sob a influência de Marcel Mauss e de Émile Durkheim, essa disciplina enfocou mais as questões simbólicas e das representações das mentalidades, deixando a cultura material a um segundo plano. No entendimento de Bucaille e Pesez (1989, p.17), “[...] a antropologia – embora não se possa dizer o mesmo da etnografia propriamente dita – nunca se interessou muito pela cultura material”.

A atuação do historiador, do arqueólogo e do antropólogo da cultura material deve ir além da aparência do objeto de modo a desvendar o que ele “não diz”. Nesses termos, a narrativa historiográfica se fundaria no questionamento do passado tendo como instrumental as manifestações humanas observáveis nos seus vestígios materiais, ou seja, nos documentos elevados à condição de monumentos.

Em relação à complementaridade entre “fontes escritas” e “não escritas”, Rede defendeu que não deveria existir uma sobreposição de valores e de grau de importância entre essas fontes:

Uma solução consistente ao problema da inserção da cultura material no processo de produção do conhecimento histórico não poderá partir, no entanto, da defesa de sua superioridade ou da exclusão de documentos escritos. Ao contrário, tem-se apontado para uma perspectiva de combinação, que excede à simples sobreposição de informações provenientes dos dois campos de análise e induz à sua interação mútua e controle recíproco. (REDE, 1996, p.276).

Contudo, entre os estudiosos da cultura material não há consenso acerca da citada complementaridade. Como a ampliação conceitual de documento na arqueologia e na historiografia foi uma reação às limitações das abordagens estritas ao documento escrito, este último (seja ele digital ou analógico), por vezes não é considerado como objeto privilegiado para o estudo da cultura material, embora sirva de fonte de apoio.

Considerando o caráter instrumental das fontes escritas, Pesez (1978, p.130) argumentou que para o estudo arqueológico monumental das casas medievais “[...] a documentação escrita quase nem registra, por vezes, as dimensões das casas, utilizando unidades de medida imprecisas”, não possibilitando observar em detalhe a organização social

do trabalho para a sua construção. Apesar disso, o autor admite que, para o estudo da habitação e do mobiliário, as fontes escritas são indispensáveis.

Observam-se três dimensões distintas na acepção da fonte escrita como objeto de estudo da cultura material: 1. Relação equitativa entre documento escrito e não escrito (REDE, 1996); 2. Priorização do documento não escrito como principal fonte (PESEZ, 1978; BUCAILLE; PESEZ, 1989); e 3. Necessidade do instrumental da escritura para complementar as informações não encontradas durante a análise direta dos artefatos (BURKE, 1992).

O estudo da cultura material indica que todo objeto tem uma “vida social” e “cultural” já que é produzido em determinados meios (ambientes e contextos específicos) e evidencia, além da sua materialidade, o processo de produção, mediante seus traços estéticos ou indícios da técnica utilizada. Além disso, aspectos econômicos envolvidos na transformação de objeto em mercadoria podem trazer informações elucidativas a esse respeito.

O estudo de Appadurai (1991, p.17), propondo uma nova perspectiva acerca da circulação das mercadorias na vida social, iniciou seu estudo com a hipótese de que o intercâmbio econômico criaria um valor e este valor estaria contido nas mercadorias (objeto da troca). De acordo com o autor, o elemento articulador entre intercâmbio e valor se daria por meio da política (no sentido amplo).

Essa hipótese não esclareceria a circulação concreta, histórica das coisas. Assim, deveríamos seguir as coisas mesmas, já que os seus significados estão inscritos nas suas formas, usos e trajetórias, transações e cálculos humanos que animam as coisas. Nesse sentido, são as coisas em movimento que esclarecem o contexto social nessa relação material. Para Appadurai (1991, p.20), a “[...] perspectiva mercantil das coisas representa um acesso útil ao interesse semioticamente revivido e orientado na cultura material.”

Tendo em vista a conjectura de que a mercadoria seria uma coisa profundamente socializada, Appadurai problematizou a concepção marxista ao defender que as mercadorias possuem um tipo particular de potencial social e que por detrás delas existe uma variedade muito ampla de sociedades, embora admita que o ápice da complexidade da mercadoria ocorra nas sociedades capitalistas modernas, nesse caso, convergindo com Marx e Simmel (APPADURAI, 1991, p.24).

Em seu raciocínio, Appadurai (1991, p.33) dispõe numa posição privilegiada a atribuição de sentido à mercadoria e aos desvios desta por meio do caráter moral no processo de atribuição de valor. Os objetos, nessa perspectiva, entrariam e sairiam do processo mercantil, assim, a “[...] mercadoria não é um tipo de coisa em vez de outro, senão uma fase na vida de algumas coisas”.

As ideias de Kopytoff (1991) contribuem para o entendimento da afirmação sobredita. O autor alertou para o fato de a mercantilização não esgotar o objeto. Nesse caso, as constantes integrações, mutações e reintegrações (e todas as suas implicações valorativas) devem ser consideradas a partir da análise da trajetória cultural do objeto. Nessa perspectiva, a fase mercantil na história vital do objeto não esgotaria sua “biografia”. A biografia do objeto estaria culturalmente regulada e sua interpretação ficaria “em aberto” até certo grau de manipulação individual.

Dessa forma, o conceito de “biografia” no contexto da cultura material é essencial para a apreensão do processo de transformação de um objeto autêntico (não-mercantilizável) em uma mercadoria autêntica, pronta para ser mercantilizada, após sofrer um desvio de sentido ou de significado. Rede, referindo-se às ideias de Warnier, afirmou que:

[...] a própria definição estática de mercadoria deveria ser revista: o estatuto de mercadoria não é uma natureza absoluta, inerente a uma certa categoria de objetos (em particular, os produtos da economia moderna), mas uma qualificação dinâmica, que marca uma fase na trajetória social do objeto [...] (REDE, 2003, p.287).

Essa qualificação dinâmica à qual o autor se refere não necessariamente determina única e exclusivamente o processo de transformação na atribuição de valor mercantil de um objeto, mas, de forma ampla, isso vale para todo o processo valorativo que incide no objeto, para a percepção da sua subordinação à sua trajetória social. Nesse sentido, o universo da cultura material apresenta uma infinidade de possibilidades interpretativas. É justamente no cerne dessa variação de sentidos e de valores que o estudo da cultura material apresenta apreciável relevância:

[...] o estudo da cultura material tem de saber que o objeto tem mais que um significado. [...] Mesmo se só a técnica e a função são de compreensão imediata e relativamente evidente, é preciso não esquecer os outros significados que o objeto encerra. (BUCAILLE; PESEZ, 1989, p.45-46).

A mencionada variabilidade de significados possíveis ao se debruçar sobre o objeto foi contemplada por Foucault (2005) em sua leitura sobre a atuação da “história contemporânea”. Em texto originalmente publicado em 1969, o autor explica que a “história tradicional” transformava monumentos em documentos, fazendo-os falar. A “história contemporânea”, por sua vez,

[...] transforma os *documentos* em *monumentos* e que, onde se decifravam traços deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer no recorte vazio aquilo que os homens haviam sido, desdobra uma massa de elementos que se trata de isolar, de agrupar, de tornar pertinentes, de pôr em relação, de constituir em conjuntos. (FOUCAULT, 2005, p.33, grifos do autor).

Após o reconhecimento do documento/monumento e da admissão do perspectivismo recorrente, a historiografia contemporânea direciona seus esforços, segundo explica Foucault (2005, p.34), “[...] para a descrição intrínseca do monumento.” Reconhece-se, com efeito, a contribuição dos estudos da cultura material a partir da reflexão sobre os domínios da vida, do trabalho e da linguagem.

Le Goff (1994) conceituou o que seria “um novo documento” a partir da premissa exposta por Foucault (2005) de que “todo documento é monumento”. Esse conceito fora explorado com o intuito de refutar a hipótese – difundida com a diplomática e com a “história tradicional” – de que o documento escrito seria idôneo e portador de objetividade, já que

[...] não existe um documento objetivo, inócuo, primário. A ilusão positivista (que, bem entendido, era produzida por uma sociedade cujos dominantes tinham interesse em que assim fosse), a qual via no documento uma prova de boa-fé, desde que fosse autêntico, pode muito bem detectar-se ao nível dos dados mediante os quais a atual revolução documental tende a substituir os documentos. (LE GOFF, 1994, p.545).

Para o autor, o documento/monumento está presente no “inconsciente cultural”, por representar uma intencionalidade inconsciente que deve ser criticada pelo historiador. Destarte, Le Goff esclarece que o documento

[...] não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 1994, p.545).

Nesses termos, o conceito de documento como meio de “prova” foi alargada. O “movimento dos *Annales*” foi, em grande medida, responsável por considerar expressões dos objetos no universo da cultura material e por formular questionamentos com vistas a apreender os fenômenos que configurariam o “inconsciente cultural” e suas práticas sociais e econômicas, sem prescindir do recurso de positivar tais práticas em narrativas construídas sob a égide metódica e classificatória da ciência. Com a máxima “todo documento é monumento”, aquilo que antes era prova para a representação da realidade passa a representar apenas um discurso dentre tantos.

## 5 SÍNTESE INTERPRETATIVA

O percurso até aqui apresentado tenta demonstrar que o conceito “prova documental” pode ser apreendido em ao menos três sentidos: 1. “aprisionamento da palavra” ou do “registro” no suporte, armazenado num espaço que permita o seu acesso e uso; 2. “representação da realidade” à luz do aprisionamento da palavra ou da informação; 3.



“legitimação do discurso”, valendo-se da interpretação de intencionalidades materialmente identificadas, expressas ou não em palavras para a constituição de monumentos.

A prova documental, no primeiro caso, remonta à ideia de “palavra aprisionada” à luz da fidedignidade e da autenticidade da inscrição, algo que leva ao sentido de “origem”, em direção à memória e à história, ou de “ordem”, “comando” ou “lei”, num contexto administrativo e/ou jurídico. Sob essa concepção, a oficialidade do documento, ou o caráter excepcional do *logos* (natureza histórica, jurídica e/ou administrativa) registrado pela escrita, necessita de lugares apropriados para permitir o seu acesso e uso. Na modernidade, a tradição reconhece na expressão *arkhê* o radical da palavra que melhor sintetiza o conceito de instituição que, metodicamente, armazena, organiza e permite o acesso para o uso da documentação como prova dos feitos políticos e administrativos, nas esferas pública, privada e/ou pessoal.

A “representação da realidade” refere-se à concepção de ciência segundo a qual a realidade social pode ser descrita, classificada, enfim, representada inequivocamente numa linguagem objetiva e universal, seguindo preceitos empíricos e metódicos de observação, de coleta e análise de dados e de apresentação dos resultados. No período do cientificismo, a proposição das disciplinas sociologia e história encontrou no arquétipo das ciências naturais um caminho para legitimar suas narrativas. Nessa direção, a “história tradicional” objetivou alcançar a “origem” dos fatos sociais mediante o “método” de crítica textual, em estruturas documentais previamente reconhecíveis, valendo-se do arquivo como laboratório de pesquisa.

A “legitimação do discurso”, por sua vez, diz respeito ao entendimento segundo o qual os limites da representação podem estar para além das palavras registradas, encontrando nas coisas em si e na vida social dos objetos – ou da informação registrada – os recursos para o entendimento, na parcela que cabe à cultura material, das representações de mundo e da própria construção da concepção de homem, de sua historicidade. Os limites da representação dependem, ainda, da correlação de forças daqueles que definem qual documento falará como monumento, isto é, que delimitam qual versão da história será objeto da verdade. A partir desse raciocínio, a palavra ou informação “aprisionada” e a “representação da realidade” servem de subsídio para a constituição e legitimação de monumentos. Nesse movimento, a mediação da linguagem é tensionada pelas forças sociais que delineiam a construção da memória coletiva e instrumentalizam a escrita da história.

No âmbito da “legitimação de discursos”, a contundência da prova admite, em seu lugar, a evidência de algo monumentalizado diante do silêncio e do ocultado. A intencionalidade do monumento pode se forjar no encobrimento de acontecimentos durante ou

após, por exemplo, regimes de exceção. Tal propósito pode também subsidiar discursos no sentido inverso, ou seja, em direção ao desvelamento dos espaços de guarda e das evidências dos acontecimentos em posição oposta às forças que os sustentam.<sup>54</sup>

No Brasil, o sentido da monumentalização dos documentos tem sido investigado considerando a relação “documento e poder” (FREITAS, 2009), no universo da escrita; no âmbito de “regimes de informação” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012), na seara das relações de poder que tocam as políticas de informação; ou em termos de “vontade de verdade” (ELIAS, 2012) e de “documentos sensíveis” (THIESEN, 2013), tocantes aos arquivos em regimes de exceção, dentre outras abordagens.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória apresentada pretendeu ilustrar como o conceito de prova documental assume diferentes orientações quando direcionado ao social e às injunções políticas. Os dois primeiros conceitos identificados são complementares. O primeiro privilegia o “aprisionamento” do registro num suporte e o lugar de guarda deste como critério de legitimidade. O segundo assume, mediante tal “aprisionamento”, a prerrogativa da “representação” inequívoca da realidade.

O terceiro conceito encontra no universo da linguagem e na materialidade dos objetos subsídios para problematizar, dentre outros aspectos, a pretensão de representação da realidade por intermédio dos documentos ao corroborar que todo documento é monumento e, portanto, todo documento é discurso constituído ou constituinte. Assume, na vida social dos objetos, o caráter evidencial da informação registrada para além da escritura.

Conforme observado, além da história, outras disciplinas se constituem ou se orientam a partir dos conceitos de “prova documental”. Com isso, a hipótese inicial de sobreposição ou convívio dos construtos identificados/propostos abre outras possibilidades de investigação. Pode-se questionar, por exemplo, em que medida a arquivologia – disciplina que busca compreender o documento em seu contexto de modo a organizar e representar conjuntos documentais para permitir o seu acesso e uso – tem subsidiado a “história tradicional” para

---

<sup>54</sup> A formação de discursos contrários àqueles monumentalmente estabelecidos pode ser exemplificada com a Comissão Nacional da Verdade brasileira, criada pela Lei 12.528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012, cuja atuação se estende até dezembro de 2014. A Comissão tem por finalidade “[...] examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas [entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988], a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional” (BRASIL, 2011). Para tanto, estão sendo coletados depoimentos e apreciados documentos, inclusive dos arquivos das Forças Armadas brasileiras.

encontrar e “representar” a realidade “aprisionada”, bem como subsidiado a “história contemporânea” no processo de “monumentalização de documentos”. Isso leva a indagar, ainda, se os conceitos “aprisionamento da palavra”, ou da “informação”, e “representação da realidade” estão também presentes nas teorias e nos princípios arquivísticos, repercutindo, assim, no discurso contemporâneo de cientificidade da disciplina.

## AGRADECIMENTO

À CAPES, pelo financiamento concedido.

## REFERÊNCIAS

APPADURAI, A. Introducción: las mercancías y la política del valor. In: \_\_\_\_\_. **La vida social de las cosas: perspectiva cultural de las mercancías**. México: Grijalbo, 1991. p.17-87.

BARTHES, R.; MARTY, E. Oral/Escrito. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1987. v. 11, p. 32-57.

BAUER, W. Documentos. In: \_\_\_\_\_. **Introducción al estudio de la História**. 3. ed. Barcelona: Bosch, 1957. p. 354-377.

BLOCH, M. **Introdução à História**. [S.l.]: Fórum da História/Publ. Europa-América, 1997.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 12.528, de 18 de novembro de 2011**. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm)>. Acesso em: 28 set. 2014.

BUARQUE DE HOLANDA, S. Introdução: o atual e o inatual em Leopold von Ranke. In: RANKE, Leopold von. **História**. São Paulo: Ática, 1979. p.7-62.

BUCAILLE, R.; PESEZ, J.-M. Cultura material. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989. v. 16.

BURKE, P. **A Escola dos Annales: 1929-1989: a revolução francesa da historiografia**. Trad. Nilo Odália. São Paulo: UNESP, 1997.

BURKE, P. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992. p.7-37.

CHARTIER, R. História positivista. In: LE GOFF, J.; CHARTIER, R.; REVEL, J. et al. (Org.). **A nova história**. Coimbra: Almedina, 1978. p.516-518.

DERRIDA, J. **O mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro: Relume, 2001.

DURANTI, L. **Diplomática: usos nuevos para una antigua ciencia**. Carmona: S & C Ed., 1995.

DURANTI, L. Registros documentais contemporâneas como prova de ação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.7, n.13, p.49-64, 1994.

ELIAS, A. A. V. **A vontade de verdade, a informação e o arquivo**. 2012. 122f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, IBICT, UFRJ, Rio de Janeiro, 2012.

FAVIER, J. **Les archives**. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Lisboa: Almedina, 2005.

FREITAS, L. S. Documento e poder: uma arqueologia da escrita. **Morpheus**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 1-15, 2009. Disponível em: <[http://www4.unirio.br/morpheusonline/numero14-2012/artigos/lidia\\_pt.pdf](http://www4.unirio.br/morpheusonline/numero14-2012/artigos/lidia_pt.pdf)>. Acesso em: 29 jul. 2014.

GAY, P. Ranke: o crítico respeitoso. In: \_\_\_\_\_. **O Estilo na História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.63-93.

GONZÁLEZ de GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. **Inf. & Soc.:Est.**, v. 22, n. 3, p. 43-60, set./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/14376>>. Acesso em: 16 maio 2012.

KOPYTOFF, I. La biografía cultural de las cosas: la mercantilización. In: APPADURAI, A. (Ed.). **La vida social de las cosas: perspectiva cultural de las mercancías**. México: Grijalbo, 1991. p.89-122.

LE GOFF, J. A história nova. In: LE GOFF, J.; CHARTIER, R.; REVEL, J. *et al.* (Org.). **A nova história**. Coimbra: Almedina, 1978. p. 253-288.

LE GOFF, J. Documento/monumento. In: \_\_\_\_\_. **História e memória**. 3. ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

MARQUES, A. A. C. **A arquivologia brasileira: busca por autonomia científica no campo da informação e interlocuções internacionais**. Rio de Janeiro: AAB, 2013.

NUÑEZ-CONTRERAS, L. Concepto de documento. In: \_\_\_\_\_. **Archivística: estudios básicos**. Sevilla: Diputación Provincial, 1981. p.25-44.

PAULIUS RABIKASKAS, S. J. **Diplomática general**. Roma: [s.n.], 2000.

PESEZ, J.-M. A história da cultura material. In: LE GOFF, J.; CHARTIER, R.; REVEL, J. *et al.* (Org.). **A nova história**. Coimbra: Almedina, 1978.

POMIAN, K. A história das estruturas. In: LE GOFF, J.; CHARTIER, R.; REVEL, J. *et al.* (Org.). **A nova história**. Coimbra: Almedina, 1978. p.183-208.

RABELLO, R. A contribuição da história dos conceitos à ciência da informação: dimensões categórico-abstratas e analítico-causais. **Ci. Inf.**, v. 39, p. 35-46, 2010. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/16805/>>. Acesso em: 20 maio 2014.

RABELLO, R. A dimensão categórica do documento na Ciência da Informação. **Enc. Bibli.**, v. 16, p. 131-156, 2011. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/16782/>>. Acesso em: 20 maio 2014.

RABELLO, R. **A face oculta do documento: tradição e inovação no limiar da Ciência da Informação**. 2009. 331f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – UNESP, Marília, 2009.

RABELLO, R. História dos conceitos e ciência da informação: apontamentos teórico-metodológicos para uma perspectiva epistemológica. **Enc. Bibli.**, v. 13, n. 26, 2º sem. 2008. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/16804/>>. Acesso em: 20 maio 2014.

REDE, M. Estudos de cultura material: uma vertente francesa. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.8/9, p.281-291, 2003.

REDE, M. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.4, p.265-282, 1996.

REIS, J. C. **A História, entre a Filosofia e a Ciência**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

RENDÓN ROJAS, M. Á. **Bases teóricas y filosóficas de la Bibliotecología**. 2. ed. México-DF: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2005.

RODRIGUES, G. M. O acesso aos arquivos: evolução de um conceito. In: RODRIGUES, G. M.; COSTA, M. G. (Org.). **Arquivologia: configurações da pesquisa no Brasil: epistemologia, formação, preservação, uso e acesso**. Brasília: Ed. UnB, 2002. p. 237-263.

SCHMITT, J.-C. A história dos marginais. In: LE GOFF, J.; CHARTIER, R.; REVEL, J. et al. (Org.). **A nova história**. Coimbra: Almedina, 1978. p. 394-426.

SILVA, A. M. *et al.* **Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação**. Porto: Afrontamento, 1999.

THIESEN, I. Documentos “sensíveis”: produção, retenção, apropriação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 6, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/viewArticle/97>>. Acesso em: 29 jul. 2014.

TOGNOLI, N. B. **A construção teórica da Diplomática: em busca de uma sistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos arquivísticos**. 2013, Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – UNESP, Marília, 2013.

VALENTE, J. A. V. Acerca do documento. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 11, n. 3/4, p. 177-198, jul./dez. 1978.

VUILLEMIN, J. Conceito. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1987. v. 37. p. 77-124.